

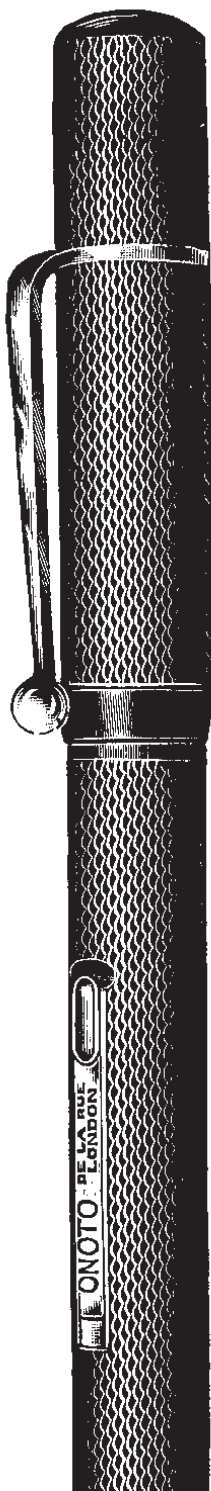
ACOMUNA

2009 ★ Nº18 ★ JAN. ★ TRIMESTRAL



O SOCIALISMO EM CONSTRUÇÃO

★ CONGRESSO KARL MARX



CARO LEITOR

Propriedade

União Democrática
Popular-Associação
Política
Rua de São Bento, 698 -
1250-223 Lisboa

Correio electrónico

geral@acomuna.net
Site www.acomuna.net

Número de registo na
ERC nº124204

Director

Luís Fazenda

Redacção

Alex Gomes,
Ana Cansado,
Bruno Góis,
Carlos Santos,
João Azevedo,
Mário Tomé,
Moisés Ferreira,
Pedro Soares,
Simone Matos,
Victor Franco

Design Gráfico

Rui Fazenda

Periodicidade

Trimestral

Em Novembro passado, teve lugar

em Lisboa o primeiro Congresso Internacional Karl Marx realizado em Portugal. Durante três dias centenas de pessoas participaram nos debates das 150 comunicações apresentadas e nas diferentes iniciativas que compuseram o Congresso. A vitalidade desta iniciativa mostrou como a análise, as críticas e as propostas marxistas são importantes para a compreensão do mundo no nosso tempo e importantes para a transformação social.

A associação política UDP colaborou activamente para o grande êxito desta iniciativa.

Neste número 18 da revista A Comuna publicamos sete comunicações que diversos filiados na nossa associação, individualmente ou em colaboração com outras pessoas atentas ao marxismo, prepararam para este Congresso.

Luís Fazenda debruça-se sobre “a natureza, papel e concepção, estrutura e funcionamento dos partidos anti-capitalistas” na comunicação “Partido, razão necessária”.

Mariana Aiveca em “Exploração, Sindicalismo e Movimentos Sociais” aborda os movimentos sociais, incluindo o sindicalismo, nos tempos actuais e, naturalmente, também o estado do proletariado e o próprio significado actual do conceito.

Helena Pinto em “Sujeito político feminista - o desafio do presente” concentra-se sobre as grandes

transformações que ocorreram em Portugal em relação “ao estatuto e ao papel das mulheres”.

Manuela Tavares participou numa comunicação conjuntamente com Deidré Matthee, Maria José Magalhães e Salomé Coelho: “Os novos desafios para uma corrente política de esquerda dos feminismos”. Nesta comunicação, as autoras analisam criticamente a relação entre marxismo e feminismo e concluem pela urgência de uma corrente política do feminismo de esquerda em Portugal.

Carlos Santos em “Marxismo e socialização política” procura questionar “o caminho para um verdadeiro socialismo democrático”.

Mário Tomé em “A ideologia na derrota da revolução” equaciona a utilização da ideologia pelos marxistas e o papel que esse uso teve nas derrotas do socialismo.

Bruno Góis interroga criticamente a experiência da Venezuela de Hugo Chávez em “Enquadramento da Revolução Bolivariana no contexto do conflito entre os modelos latino-americanos de Estado e de inserção internacional”.

A publicação destes sete textos pretende constituir um contributo para o debate crítico do marxismo, para as análises e propostas marxistas neste século XXI. ★

CONGRESSO **KARL MARX**

O SOCIALISMO EM CONSTRUÇÃO

A VITALIDADE DESTA INICIATIVA MOSTROU
COMO **A ANÁLISE, AS CRÍTICAS E AS
PROPOSTAS MARXISTAS SÃO IMPORTANTES
PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO NO
NOSSO TEMPO** E IMPORTANTES PARA A
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL





O APARELHO PARTIDÁRIO

APONTAMENTOS PARA O CONGRESSO INTERNACIONAL KARL MARX

LUÍS FAZENDA

PARTIDO, RAZÃO NECESSÁRIA

[Título original da comunicação]

A discussão crítica sobre a natureza, papel e concepção, estrutura e funcionamento dos partidos anti-capitalistas é tão antiga quanto o marxismo. As experiências sindicais, cooperativas, mutualistas, enquanto organizações primeiras e primárias do movimento operário, já traziam o germe da necessidade da organização política.

UM PARTIDO, AINDA ANTES DE O PARTIDO

Contudo, com facilidade se depreende, que só após o apagamento teórico e o enfraquecimento do anarquismo, a questão de um partido (ainda não “o” partido) dos comunistas atravessou a agenda das realizações do movimento. A con-

cepção originária de partido é subordinada da visão do Estado de classe, da obrigatoriedade de substituir o poder da burguesia pelo poder do proletariado, na transição para a sociedade sem classes, onde teria lugar a extinção do Estado. É por isso que Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848, indicam que o Partido Comunista teria a vantagem de ter uma visão do conjunto da luta de classes e dos seus objectivos finais, assim se libertando das perspectivas de minoridade face ao Estado, quer dos anarquistas, quer dos economicistas, “*meros adeptos do melhoramento da questão social*”. A primeira ideia de partido é ainda a de um “partido ideológico, teórico” destinado à elevação da consciência política dos operários de vanguarda, no seio do partido operário mais geral. As organizações são variáveis e de coexistência de correntes de pensamento, como se pode observar na trajetória da Liga dos Justos, da Liga Comunista e da 1ª Internacional. Ou, e com interesse da morfologia da

luta de classes concreta, como Marx a visualizou no processo político francês de 1848 à Comuna de Paris, o papel dos operários de vanguarda na larga e heterogénea “frente” revolucionária. Um partido de interpretação e Programa. Como se sabe, os adeptos da Internacional eram minoritários na insurreição *communard* e mesmo estes não eram inteiramente “marxistas”. Atributos originais, e condição assumida, eram já a natureza de representação do interesse da classe de proletariado e a característica de vanguarda dos seus prosélitos (ainda não exactamente militantes).

Na Liga Comunista percebe-se já a insistência numa “autoridade central”, sob o corpo multifacetado do movimento internacional, de facto europeu. Essa propensão foi acentuada na 1ª Internacional, da Europa e América do Norte: a necessidade de valorização geral das resoluções dos congressos e da preservação das orientações do Conselho Geral da Internacional. Contudo, e apesar da imposição progressiva do “marxismo”

A CONCEPÇÃO ORIGINÁRIA DE PARTIDO É SUBORDINADA DA VISÃO DO ESTADO DE CLASSE, DA OBRIGATORIEDADE DE SUBSTITUIR O PODER DA BURGUESIA PELO PODER DO PROLETARIADO, NA TRANSIÇÃO PARA A SOCIEDADE SEM CLASSES, ONDE TERIA LUGAR À EXTINÇÃO DO ESTADO

como doutrina geral, não existia ainda uma disciplina por conformação ideológica, mesmo apesar das cisões na Internacional. As diferentes emanações da organização nos países seguiram estruturas mais ou menos de tipo associativo, ou de círculos de individualidades.

Durante o activismo de Marx, a formação de uma plataforma política (sinal de passagem de uma “consciência em si” para uma “consciência para si” do proletariado), assumindo o combate pelo estado e a “partidarização” do movimento, inseriu-se na dinâmica fragmentária das lutas proletárias. Marx tende à clarificação de programas, agiu como tendência de minoria e posteriormente como tendência de maioria, sem formatos que ultrapassassem modelos de género sindical. As indicações estatutárias, organizativas, são incipientes e destinam-se a contrabalançar a espontaneidade virtual dos agregados, dispersos por uma boa parte do hemisfério norte da revolução industrial. O que foi para além de um

Partido de Programa, o partido político, este recorreu à geometria variável. É já tardiamente que Marx, depois de soçobrada a 1ª Internacional, acompanha a formação de um partido operário alemão, a que lhe apontou o ecletismo do ideário e a falta de rigor na análise do capitalismo, aderindo todavia à ideia de um partido de classe mais autónomo e de base nacional, de estruturação vertical nítida. Nascia, no que viria a ser o Partido Social-democrata Alemão, “o” partido irreconciliável com todos os outros, dando forma aos partidos modernos do proletariado.

O conceito de um partido internacional, de facto europeu, não era apenas produto da fraqueza, pouca instrução, confusão filosófica dos grupos ou secções nacionais. Tinha implícita a perspectiva de um ciclo de revoluções proletárias, mais democráticas ou mais socialistas, nos países capitalistas mais avançados, agindo por rastilhos sucessivos. Esse horizonte de “partido sem

fronteiras”, afinal os operários não tinham pátria, perde-se com a instalação da II Internacional. Muito embora, a II Internacional olhasse o internacionalismo proletário do seu miradouro, e durante algum tempo a sua maioria interna pensasse numa passagem ao socialismo na Europa como queda da burguesia em dominó, essa dinâmica claramente não se reencontrou. Aliás entrechoca-se, como se sabe, na guerra imperialista de 1914, com os partidos a tomar o lado dos seus respectivos governos.

Visto já do século XXI, esta primeira fase do agrupamento partidário, não pode ser minimizada na sua importância. Certa historiografia, que foi oficial durante muitas décadas do último século, romantizou o heroísmo, o pioneirismo, a genialidade da proclamação do Manifesto, enquanto pormenoriza o artesanismo e a debilidade organizativa. Tudo isso é história, mas é incompleta como lição. Repare-se que desde 1848 todas as teorias de partido proletário, dispersas

REPARE-SE QUE **DESDE 1848 TODAS AS TEORIAS DE PARTIDO PROLETÁRIO, DISPERSAS OU CONDENSADAS, AUTORAIS OU DE MANUAL, SINALIZAM QUE “O PARTIDO” É INSTRUMENTAL**, LENDO-A ATÉ DE FORMA DIVERSA. MAS NOTE-SE QUE UM PARTIDO **EM MARX NASCE COMO RAZÃO, NÃO COMO INSTITUIÇÃO**

ou condensadas, autorais ou de manual, sinalizam que “o partido” é instrumental, lendo-a até de forma diversa. Mas note-se que um partido em Marx nasce como razão, não como instituição. E não faltavam institucionalistas ao tempo, com as regras dos sindicatos e das caixas operárias.

Também não admiraria que os neófitos da Iª Internacional achassem interesse no alter-globalismo que por aí anda. É dos factos que a internacional se fez mais através do correio, do comboio ou do navio mercante, e hoje prepondera o avião e a Internet. Mais do que isso, sem dúvida, a diferença de épocas e de contexto político é até bem mais pronunciada. E embora, pese a ingenuidade e a inconsequência de muitas proposições, com o retorno à mundialização – noutra escala de mundo – de causas anti-imperialistas, o alter-globalismo herda qualquer coisa dessa razão sem fronteiras, daquele espírito citado de que “**um fantasma percorria toda a Europa**”, tremeram os poderosos!

DOIS TIPOS DE PARTIDO

Marx, em tempos de finados da Iª Internacional, simbolicamente fixada em New York, pode ainda acompanhar os primórdios do Partido Social-democrata Alemão, no que se referia à crítica dos seus programas originais, demasiado confusos sobre a análise do Estado. Com o seu falecimento, é Engels, que segue a evolução do partido referência da 2ª Internacional, rejubilando com os seus êxitos eleitorais. Embora sem triunfo, votações imponentes na Alemanha e em outros países da Europa Ocidental, no continente, averbavam um importante avanço do movimento socialista. Engels deslumbra-se com as virtualidades do sufrágio universal, desmotivava-se do processo insurreccional. Está aqui o berço parlamentarista em vigor na 2ª Internacional. Embora com regras formais de disciplina

da maioria, estes partidos consagram a autonomia dos seus deputados, os chefes sindicais gozavam de estatuto especial nas fileiras da organização, os órgãos de imprensa eram com frequência desobedientes à linha geral.

A teoria de Bernstein (“o movimento é tudo, o objectivo é nada”), o ministerialismo em governos burgueses (França, Bélgica), acedendo ao reformismo do capitalismo sem necessidade de um levantamento revolucionário (a Comuna a prestações e, ovo de Colombo, com o voto popular) impuseram-se com a emergência do sufrágio universal masculino. Embora a onda fosse contrariada pelos herdeiros de Marx, com Kaustky à cabeça, essa era a onda do momento. A inexistência de quadros semelhantes sob os impérios russo ou austro-húngaro trouxe clivagens profundas com os partidos de leste, aonde a necessidade reclamava revoluções contra as oligarquias e a burguesia próxima do poder. Grosso modo, os partidos ocidentais erigidos a partir

do sindicalismo deixaram de ser os partidos das barricadas e assumiram-se como partidos do eleitoralismo. Para as alas esquerdas eram partidos sem disciplina operária, desprezando o colectivo.

Quando se dá a desintegração da 2ª Internacional, na iminência e durante a guerra imperialista de 14 – 18, ela deve-se ao envolvimento desses partidos ocidentais, ou pelo menos das suas maiorias, na participação militar ao lado dos seus Estados e das “suas” burguesias. Essa situação ficou para sempre como a traição histórica dos partidos do movimento operário europeu, esse dado é irrefutável.

Contudo, mesmo que Lênine, Rosa Luxemburgo e outros tenham estabelecido uma relação causa-efeito entre reformismo, ministerialismo e social-imperialismo (socialistas com a guerra imperialista) ficou apagado o debate das estratégias de poder e organização. Após a revolução de Outubro, com a fundação da 3ª Inter-

nacional (Komintern 1919), com o partido bolchevique e muitas das fracções que abandonaram em muitos países os partidos amarelos (de conciliação de classes), foi aí assente uma diferenciação de fundo: a estratégia exclusiva dos partidos operários é a preparação da revolução contra as democracias burguesas e, por maioria de razão, também contra os estados burgueses autoritários. Nessa lógica, os partidos são fortemente centralizados, são considerados “destacamentos” da vanguarda e seguem de perto uma disciplina quase militar.

Apesar do prestígio e da inspiração da 1ª revolução proletária vitoriosa e da instauração da URSS, apesar da catástrofe ensanguentada da 2ª Internacional, rapidamente nos anos 20 os partidos social-democratas da Europa e Oeste, e também depois da guerra ao nazi-fascismo de 39 – 44, impuseram-se de novo como alternativas eleitorais nas democracias liberais burguesas. Pode dizer-se que até ao último quartel do

séc. XX onde “venderam”, a expressão é rigorosa, a social-democracia pelo neo-liberalismo, tiveram, com altos e baixos em conjunturas deste ou daquele país, um ciclo de forte expressão eleitoral e de reformismo de governo.

Não de menos, onde depois de 44 na Europa Ocidental, França e Itália, os partidos comunistas tiveram uma impressionante imponência eleitoral, eles próprios sob várias formas renderam-se ao postulado social-democrata da via eleitoral para o socialismo, embora se mantivessem intransigentes quanto às “normas leninistas de organização” vigentes nos seus estatutos partidários.

Vale a pena reflectir, com alguma acuidade, neste aspecto do ciclo social-democrata europeu, tão enterrado hoje como os partidos comunistas no poder, dado que o movimento comunista condenou essa reflexão desde sempre, fechou a sua crítica em categorias do tipo de traição aos interesses de classe, permitiu equí-

A SAUDADE DA SOCIAL-DEMOCRACIA PARECE TER POR ORA MAIOR APELO, E NÃO APENAS NA EUROPA, DE QUE O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO. CIRCUNSTÂNCIA QUE ATRASA A RECUPERAÇÃO DO SOCIALISMO COMO HORIZONTE MATERIAL

vocos e ambiguidades, mas de facto nunca esclareceu o fundamento do entusiasmo operário largamente maioritário pelo sufrágio universal masculino e feminino.

Eventualmente, para quem vem da antiguidade da “guerra fria” ideológica, e, até hoje por hoje, reivindica o “socialismo chinês”, a questão está resolvida por natureza e o assunto nem dá dores de cabeça, mas o facto é que as duas vias de socialismo que se contrapuseram falharam ambas, até agora. Qualquer uma delas pode no futuro retomar o seu curso. O contacto com a intelectualidade recente faz perceber que é um assunto em aberto, não é singularmente histórica, mas pré-actualidade. E tanto mais desafiante quanto a saudade da social-democracia parece ter por ora maior apelo, e não apenas na Europa, de que o marxismo revolucionário. Circunstância que atrasa a recuperação do socialismo como horizonte material.

A estratégia comunista de conquista revolu-

cionária do poder fixou os elementos do partido. O quadro de referência, para além de várias resoluções sobre o papel e a estrutura do partido, são as célebres 21 condições de adesão ao Komintern. Esse enquadramento, estabelecido em Julho de 1920 no 2º Congresso, com a participação centralíssima de Lénine, dispunha no título 12: “Os partidos que pertencem à Internacional Comunista devem constituir-se na base do centralismo democrático. Na época actual, encarnçada, de guerra civil, o Partido Comunista não poderá cumprir a sua missão se não estiver organizado da forma mais centralizada, com uma disciplina de ferro semelhante à disciplina militar, se o seu órgão central não estiver reunido de amplo poderes, se não exercer uma actividade incontável apoiada pela confiança máxima dos seus militantes”. Bem como no seu título 13: “Nos países em que os Partidos Comunistas militam legalmente devem depurar periodicamente as suas

organizações, a fim de expulsar os elementos arrivistas e pequeno-burgueses”. Nos outros títulos, para além de regras de expulsão de centristas ou potenciais aliados dos social-democratas, estipulava-se a “submissão total” de órgãos de imprensa, núcleos comunistas de sindicatos, grupos parlamentares ao comité central, e exigia-se a composição rigorosa de um “organismo clandestino” do Partido.

Não constituía novidade, Lénine contestara a organização social-democrata parlamentarista e este era o “partido de novo tipo”. Os princípios de organização, universais, traduziam uma coerência absoluta.

Mas, nos anos de 21 e 22 foram projectadas várias sombras sobre este corpo organizativo, se não identitário pelo menos identificativo sobre o tipo de partido que chamava a si o poder do socialismo. E com sinais dramaticamente opostos. O 10º Congresso do partido bolchevique, em nome da unidade do partido sob a condição de

cerco internacional, proibiu a existência de tendências ou fracções internas. E se não foi tão longe quanto Trotsky quanto à militarização dos sindicatos, deixou absolutamente clara a subordinação dos sindicatos ao partido. Lénine extraiu estas controversas conclusões das terríveis condições de sobrevivência do poder dos soviets.

Repare-se como, em Novembro de 22, o mesmo Lénine expõe uma autocrítica ao 4º Congresso do komintern, em citação longa, porém obrigatória:

“Em 1921, no III Congresso votámos uma resolução sobre a estrutura orgânica dos partidos comunistas, assim como sobre os métodos e o conteúdo do seu trabalho. O texto é excelente, mas essencialmente russo, ou quase, na medida em que foi tirado das condições de vida russas (...) Tenho a impressão que com aquela resolução cometemos um grave erro, fechando nós próprios o caminho para novos progressos. (...) Estou persuadido que deve-

mos dizer, a este respeito, não só aos russos, mas também aos camaradas estrangeiros, que o mais importante, no período que se segue é o estudo (...).”

Lénine extraía também estas conclusões da prática dos partidos aderentes do Komintern: **“Tudo o que se disse na resolução permanece letra morta. Ora, a menos que compreendamos este facto, não podemos avançar”**.

Lénine percebia que a concepção e, sobretudo, a organização do partido de vanguarda chocava com a cultura operária, sindical e assembleísta da Europa Ocidental do tempo. Daí o remoque que fazia no mesmo texto de que os emergentes fascistas italianos fariam melhor pela aprendizagem da experiência russa que a resolução do komintern.

Este tríptico de posições de Lénine, em três anos e perto da sua morte, no pós-Outubro, de escolha naturalmente subjectiva mas factual, mostra como o chefe da revolução socialista,

como político e ideólogo, não descurando as referências ao partido revolucionário, tinha uma flexibilidade rara operando sobre os contextos da luta de classes e do estádio da estratégia política.

O FORMATO KOMINTERN

Essa qualidade de Lénine, de flexível organizador, que parece indesmentível, está bem longe de qualquer formatação dogmática de “O Partido” que lhe sucederá. Quando muitas gerações e milhões de comunistas aprenderam os fundamentos do partido pela literatura de Stáline não podiam descortinar que, na essência, não havia um “modelo leninista” de partido nem que Lénine teve, de facto, isso sim uma teoria e prática evolutivas sobre as características da “vanguarda organizada”.

Na luta revolucionária russa, em situação de czarismo absoluto e violento, Lênine não poderia conceber o partido operário como outra coisa se não uma organização estritamente centralizada, composta por revolucionários profissionais, alimentada pelos círculos operários na periferia da organização. Trouxe como indicação mais abrangente, para além da Rússia, que o partido era a fusão do socialismo (a teoria, e o seu veículo, intelectuais engajados) e o movimento operário (combatentes da classe trazidos ao organismo e extraídos à fábrica). Trouxe como indicação mais geral também que o militante não era um mero adepto, mas alguém submetido à disciplina de acção (é célebre a polémica com Martov sobre o artigo 1º dos Estatutos). É exacto que o rosto da revolução de Outubro defendeu a eleição dos órgãos superiores e do centro dirigente sempre que a semi-legalidade o permitia, não deixando de utilizar a cooptação de dirigentes nos períodos de

maior repressão e de desarticulação das estruturas e efectivos do partido.

Todavia o mesmo Lênine, acidentalmente bolchevique, palavra russa equivalente a maioritário, no 2º Congresso do Partido Social-Democrata Russo, em 1903, em Londres, esteve várias vezes em minoria, promoveu fracção própria, aliou-se a fracções externas ao partido, cindiu duas vezes o partido, e antes e depois da revolução de 17 aliou-se e afastou-se de várias tendências. Mesmo a história do PC bolchevique, promovida por Stáline, relata esses factos, embora de forma sumida. A proibição da liberdade de tendência que no X Congresso do Partido era uma medida conjuntural e cautelara, tornou-se pilar do Partido, e subitamente agravada pela fusão do Partido e do Estado, apesar dos alertas de fim de vida de V. Lênine.

A historiografia stalinista de que o partido de tipo novo se completou no 10º Congresso, e era inamovível, foi o canto final de uma certa ideia “democrática” do centralismo democrático, e

totalmente inapropriado a um país, pese a hostilidade e a agressão externa, onde era suposta uma democracia de tipo novo. Um estado de partido único, dotado de um centro único, de um chefe único, não responde mais à política mas à polícia política. Como aconteceu.

Lênine deixou uma teoria evolutiva de partido, construído a partir da realidade. O “modelo leninista” de partido é um condensado de conveniências de Stáline e do Komintern, que o legaliza, com estatutos e tudo, no 5º e 6º Congressos. A exaltação do “comunista-modelo”, que vai a par com o “homem novo” do socialismo, marcou de sobremaneira a luta revolucionária mundial, impôs uma ética própria como artigo não escrito dos estatutos, mais a mais quando o ascenso do nazi-fascismo ocultou as purgas dos anos 30 em Moscovo, verdadeiro baptistério do partido-guia por decreto mundial.

Gerações de comunistas fora da URSS aprenderam a ler nos estatutos ou textos de iniciação,

nos discursos dos dirigentes, os chamados critérios de Dimitrov: firmeza, dedicação, fidelidade e capacidade, correspondentes a uma moral de classe superior; mas o partido-instituição de referência passou a ter a polícia política como tribunal e verdugo de opinião. A partir dos anos 60 do séc. XX, a consciência desta contradição, apesar da condenação do “estalinismo” no 20º Congresso do PCUS, em 56, foi uma espiral do horror dado que atingia a finalidade e a propaganda dos partidos comunistas mas sem consequências no seu modo de funcionamento, na URSS, nos países do Pacto de Varsóvia, na China, ou nos países capitalistas.

As conquistas formidáveis do socialismo não justificavam os meios do novo Príncipe, porque alienavam o futuro. Calar os crimes e as distorções do regime em nome do socialismo só prepara a sepultura do socialismo.

Hoje, após o desabamento desses regimes, e apesar de caricaturas sobreviventes como a China ou a Coreia do Norte, temos a possibili-

dade, concedida pela história, de não ocultar a “indemocracia”, coisa bem mais grave do que a ditadura de corpos especiais, sem a vergonha de pensar favorecer o inimigo de classe.

O molde dos 5º e 6º Congresso do Komintern provocou o mimetismo mundial, aliás obrigatório. Em vão se procura encontrar estatutos diferenciados de partido a partido, de país a país. Mesmo após a extinção do Komintern, em 43, no final da guerra contra o nazi-fascismo, os estatutos irão permanecer com os seus traços característicos, ressalvadas particularidades nacionais acessórias.

Há um processo longo, feito de uma dura luta social de décadas, de adaptação e assimilação de formato. Trata-se não tanto da burocratização dos partidos, como fazem supor algumas críticas ingênuas, mas da sua institucionalização identitária como “*família de classe*”, uma observação grosseira mas que dá a medida de muita sincera psicologia operária, e não só.

Extraordinariamente, sob a capa do mimetismo da forma que não é desprovida de regra efectiva, os partidos comunistas ensaiaram muitas variantes. Desde o partido chinês, aos diversificados partidos da Europa Oriental, ainda mais na América latina, ou até aos eurocomunistas ocidentais. É um profundo erro teórico tomar os partidos todos por igual, embora com a mesma matriz organizatória. A leitura dos processos desmente-o e essa visão responde mal às questões da recomposição das esquerdas pós-muro de Berlim.

O monolitismo foi sacralizado como resposta organizativa. É ainda para muitos o sinónimo de unidade. Quaisquer proposições de que a unidade se atinge por um processo dialéctico, de escolha de argumentários, de apuramento de maiorias e respeito de minorias, é visto por este sectores com horror, como a antecâmara do liquidacionismo. O eixo da crítica demo-liberal, burguesa, ao monolitismo é o reprovado “*unanimismo*”. É uma crítica superficial

toldada pelo cretinismo parlamentar. A unanimidade ou a expressão de diferenças são resultados naturais. Entenda-se que o monolitismo não é estático. A dinâmica monolítica alimenta-se do consenso. A procura do consenso pelo consenso, para não quebrar o partido-instituição, concebida a divergência como fraqueza de classe, o consenso que evita votações e produz legitimação do “trabalho e pensamento colectivo”, aí está o processo de reprodução do centralismo democrático. Quem quiser aplicar aos partidos comunistas, sob o capitalismo entenda-se, a caricatura da “ditadura interna”, esbarra na incompreensão dos seus militantes porque não é essa a sua percepção. Aliás, proclamam indeterminadamente a pretensa superioridade do seu método e ganham pontos quando o comparam com a fulanização extremada dos partidos do sistema. A questão é que privilegiando o colectivo ele tem limites, sob pena de estagnação política e teórica, de enquistamento, de perma-

nente autojustificação e da exclusão dos que desalinham, não sendo auto-consensuais por “voluntariado à força”. Veteranos dirigentes comunistas perceberam-no há muito tempo discordando da asserção incómoda de que “mais vale errar com o partido do que acertar fora dele”.

O consenso, em si, pode exprimir convergência, nada tem de errado. O método do obrigatório consenso é que tem pouco de Marx, ou de Lénine, ou de quaisquer das referências doutrínárias que alegam como inspiração.

A FORMA

Trazer a conceito a forma de (um) partido pode despertar a ironia. Muitos de lembram da troça de que foram alvo os comunistas italianos quando não sabiam nomear o seu partido. Ficou “a coisa”. Porém a forma não é uma indefinição de conteúdo nem uma secante às suas características.

No tempo presente nem sequer os comunistas ortodoxos se atrevem a desenvolver a tese de um “modelo de socialismo”. Proclamaram a propósito, pragmatismo pró-chinês obriga, o fim dos modelos. E se, quer os problemas da transição socialista, quer os problemas da estruturação regional do socialismo são complexos e variáveis, por lógica material e social a instrumentalidade de (um) partido também o deveria ser. A variabilidade do fim deveria implicar a variabilidade dos meios. Não se trata de exacerbar o acidental em detrimento do essencial. Tal como historicamente os regimes burgueses tiveram muitas variantes na economia, no poder e na cultura, também o histórico socialista, socialista sublinhe-se, registará fisionomias diversas. Achar que (um) partido é chave para essa transição e ele não trazer por antecipação o seu próprio modo de conceber o constitucionalismo socialista, eis a estranheza. Se o socialismo é mutável, não pode haver partidos pró-socialistas imutáveis.

ESTÁ A APROXIMAR-SE DO FINAL DA SUA VIDA **UMA GERAÇÃO INTEIRA QUE NO CONTINENTE EUROPEU, A OCIDENTE, NÃO CONHECEU OUTRA COISA QUE NÃO FOSSE A DEMOCRACIA LIBERAL.**

Um certo grupo de partidos, ainda escassos, que com propriedade indefinida se chamam de “nova esquerda”, tentaram depois de Berlim 89 e Moscovo 91, reagrupar movimentos sob programa socialista, ecologista e feminista, demarcando-se simultaneamente dos formatos social-democratas ou Komintern. Os resultados são férteis, porém a sua estabilização social só pode ainda ser considerada provisória. A maturação desses partidos provém de uma autocrítica dos fracassos da social-democracia e do comunismo, uns por défice de socialismo, outros por défice da democracia. Na conta da filosofia, ambos feridos na dogmatização dos seus conceitos que não resistiram à vaga liberal, essa mesma agora em declínio depois de ter ganho massas populares imensas.

Esses partidos vingam, não por acaso em democracias liberais estabilizadas como veremos, trazendo naturalmente uma babel de proveniências, de grupos e pessoas de todos os

campos da esquerda. Necessariamente com um referente marxista, mas sem exclusividade de uma escola, uma instituição partido, ou simplesmente uma seita. A ideia de reagrupamento, para começar de novo em outras bases, não expõe o relativismo ideológico, antes pronuncia a consciência da falibilidade de ideologias feitas, cuja única prevenção só pode ser o pluralismo e as sínteses de referência que o processo político confirma.

Alguns traços característicos são já bem visíveis nessas “formas” de partido:

O respeito pelas decisões maioritárias não invalida a liberdade de tendências e o direito de expressão pública de opinião, exclui a disciplina de acção obrigatória dos seus membros, facilita a autonomia das organizações locais eleitas, aceita a iniciativa de base na realização de congressos ou debates gerais, impõe escolhas nominais com voto secreto. Exige, sem sanção, a solidariedade política dos eleitos nas instituições

do regime. Respeita a autonomia das organizações sociais afastando-se de esquemas de pilotagem partidária.

Dito por oposição, os partidos da “nova esquerda” não têm nada a ver com o dirigismo dos bonzos social-democratas, como lhes chamou Lénine, ou com a força centrífuga de qualquer “comité central”.

O que empurra esta forma de (um) partido é um impulso democrático muito forte. Contudo, importa saber os factores objectivos dessa determinação.

Está a aproximar-se do final da sua vida uma geração inteira que no continente europeu, a ocidente, não conheceu outra coisa que não fosse a democracia liberal. (Com)viver seis ou sete décadas num partido de filosofia próxima da centralização militar, na expectativa próxima ou da fascização ou da revolução que não ocorrem, torna-se um fardo insuportável e antinatural. De geração em geração cada vez mais insu-

portável. Mesmo os partidos centralizados não levam a sério a indicação leninista de combinar em permanência “o trabalho legal e ilegal” e de manter um aparelho clandestino.

Portugal e a Espanha, a braços com ditaduras fascistas até meados de 70, arrancam mais tarde para esse processo, mas os mesmos factores estão bem visíveis. Tentar reduzir a aversão a partidos centralizados a uma patologia de “individualismo pequeno-burguês” é uma cegueira sectária anti-operária. A maioria dos trabalhadores não o aceita.

Nos países capitalistas desenvolvidos, e com estabilidade democrática, há mutações sociais, graças à longa e secular luta dos trabalhadores, que alteraram aspectos centrais dos constitutivos organizativos do núcleo fundamental do partido, do partido construído (o partido “constrói-se” sempre) do núcleo para a periferia. A fusão orgânica entre a teoria e o movimento, o enlace profissional entre os intelectuais pe-

queno-burgueses e os operários, já não se realiza nas mesmas condições. O transporte da teoria, cultura e ciência não está confinada mais a um punhado de intelectuais, que por sua vez se multiplicaram e se proletarizaram, ou assalariaram em geral, havendo fontes de informação inesgotáveis, de consulta geral. Os operários de vanguarda têm hoje um manancial de instrução, num proletariado bem alargado onde impera trabalho complexo, com menores jornadas de trabalho, e mais tempo útil de militância.

Essa circunstância tende a desvalorizar o papel do funcionário e a colectivizar a participação política. Desvaloriza os “escolhidos” e promove os “eleitos”, até porque o funcionalismo político perde o papel sacrificial que tem na clandestinidade.

A indicação leninista desta “fusão orgânica”, imortalizada no “Que Fazer”, tinha todo o sentido sob um regime torcionário, onde não havia o limite de 8h de trabalho, e o grau de instru-

ção das massas trabalhadoras roçava o analfabetismo. O princípio de que o movimento operário espontaneamente não gera uma teoria revolucionária sem contacto com a ciência mantêm-se com plena actualidade. A concretização prática pode ser diferenciada no tempo e no modo.

Sem dúvida que este processo de partido/movimento e de democratismo aberto, com os seus factores políticos e sociais de base, não existe de todo em largos pontos do mundo onde se instalaram regimes tirânicos, guerras civis, ditaduras recentes, ameaças a democracias precárias, convulsões sociais, situações revolucionárias, estas mormente na América Latina.

Seria uma estupidez preconizar a mesma forma de partido, independentemente da matriz ideológica, no campo geral da esquerda pró-socialista, para todo o planeta. Nessas situações, embora com evoluções na informação de base dos militantes, seria pecado à causa não escolher

O PAPEL DOS PARTIDOS É A **DIVULGAÇÃO DE UM PROGRAMA ALTERNATIVO EM CONFRONTO COM AS POLÍTICA DO SISTEMA,** E EM COERÊNCIA RADICALIZANDO EM PROCESSO GERAL A LUTA DE CLASSES.

(o termo é acertado) formas de organização mais centralizadas e mais auto-defensivas, compreendendo que apesar de tudo, mesmo aí, o grau de intervenção democrática dos militantes é uma necessidade definida. Nessas circunstâncias, as bases de apoio dos partidos legitimam as suas formas de existência e luta.

Há uma gigantesca diferença entre aproveitar e perceber os condicionalismos objectivos da legalidade, e ser um partido do sistema. Exige prova de facto, seguramente, nessas democracias estabilizadas. Ninguém ignora que a prova de facto é mais intuitiva e imediata em situações de ilegalidade, ou semi-legalidade. Mesmo nestes casos nada é absoluto, veja-se o partido comunista das Filipinas, ou as conhecidas FARC, com comportamentos execráveis.

O movimento a favor do socialismo, se no seu conteúdo recupera a democracia, deve adoptar formas organizativas variáveis de acordo com as circunstâncias da luta política. Aliás, se-

guindo a inspiração dialéctica da prática de Marx, ou de Lênine e de tantos outros até à institucionalização partidária social-democrata ou comunista.

Os pseudo-radicais da revolução socialista virão logo dizer que é a perda da perspectiva da dita. Nada mais falso. O papel dos partidos é a divulgação de um programa alternativo em confronto com as política do sistema, e em coerência radicalizando em processo geral a luta de classes. Os partidos não “fazem” revoluções, Lênine esclareceu esse ponto muitas vezes, prepararam-se para elas, o que não é pouco. Quando e se por efeito de levantamentos populares ou no terreno da guerra, a maioria social se envolve na reivindicação de outro tipo de poder, os defensores do socialismo precisam de se (re)organizar para terem papel no período circunscrito em que a violência irrompe como parteira da história. Dizem os mesmo críticos que se os partidos se “acomodam” à democracia burguesa dei-

xam passar as revoluções. O que é curioso é que, infelizmente, fortes e ortodoxos partidos comunistas também deixaram passar as revoluções. Para não ir mais atrás, vejamos os casos da Indonésia e do Chile, com os massacres conhecidos, sempre por confiança a mais no “sistema”...

A dilemática reforma ou revolução tem sentido político mas não se pode retirá-la do contexto concreto da luta de classes, dos fluxos e refluxos do movimento alternativo, da relação de forças. Ideologizar ao extremo, intemporalizar as questões, e ainda por cima retirar conclusões organizativas eternas, só pode por dogmatismo condenar as vanguardas, que geracionalmente se cruzam, à impotência, à estreiteza e finalmente à capitulação por desgaste.

FASES DE REAGRUPAMENTO COMO VIVEMOS IMPLICAM **MAIOR DIFERENCIAÇÃO FILOSÓFICA**

AS VARIÁVEIS E AS CONSTANTES

Incentivar a ideia de que superados os formatos social-democratas ou comunistas deve haver uma forma variável, estrategicamente escolhida e evolutiva, para os partidos da esquerda socialista, não quer dizer que essa “forma” geral não tenha princípios de organização.

Acentuou-se neste texto a questão democrática por razões perceptíveis do antagonismo político que a história nos legou. Mas outros princípios são essenciais. A referência ideológica socialista só pode ser plural. Não só porque o socialismo procura respostas novas sobre múltiplos problemas da economia e da cultura política, como a ideologia não é um quadro exclusivo de referentes políticos, abrange a interrogação da filosofia. Não por acaso a mundividência marxista é dominante. Mas não necessariamente excludente.

O debate ideológico deve poder fazer-se também no interior dos partidos ou eles estarão deslocados dos centros do saber. Fases de reagrupamento como vivemos implicam maior diferenciação filosófica. Nada de novo no movimento socialista desde os seus primórdios. Mesmo Lênine advertiu contra o absolutismo ideológico a propósito da religião, da arte, da cultura, da economia política.

Outro princípio essencial é o pró-classismo dos partidos. É ponto assente, ou a luta política seria um logro, que o movimento socialista represente aquilo que teoricamente se designou por proletariado, os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho. Actualmente, já nem é polémico (vejam-se resoluções de muitos partidos comunistas) que o proletariado não se confina ao operariado industrial ou agrícola e abrange largas outras camadas de assalariados. O pró-classismo dos partidos é incindível da análise de classe(s) exploradas. Só por pedantismo se fala de “classes médias”,

que vivem de salários reduzidos e que realizam valor ou garantem condições de realização de valor na economia produtiva.

Princípio chave, não mais ignorável, o da igualdade de género, com muitas implicações no modo de fazer organizações.

São traços gerais, entre outros, de fundamentos de organização apenas para desmentir o criticismo incongruente de que defenderíamos o espontaneísmo, o movimento pelo movimento, partidos “*a la carte*”...

Os detractores dos partidos da “nova esquerda” troçam do que apelidam da “*moda do poliformismo*”. Na verdade obscurecem a visão de que se trata de um avanço marxista, do partido de razão. Herdeiro do racionalismo, do materialismo e da dialéctica, aberto à vida. Sem pretensão doutrinal, universal, acumulando experiências para sínteses ulteriores de percurso.

O choque social que atravessa o mundo, sob a palavra doce da globalização, exige mais que

nunca a “forma partido”, insubstituível por redes horizontais de acção ou por constelações de plataformas ocasionais.

Também mais do que nunca importa apurar no artigo 1º dos Estatutos (descritivo dos militantes) que se espera que o membro, para além de apoiar o programa, defender os estatutos (ou seja a organização), colaborar, contribuir materialmente, tem na forma-partido a sua assembleia classista. A consciência do assembleísmo é a consciência da força transformadora. Não, em geral, por directiva mas por razão e escolha de argumento. ★

